

ANIVEC/APIV — ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS DE VESTUÁRIO E CONFECÇÃO

ANÚNCIO DE CONCURSO

Obras ☐
Fornecimentos ☐
Serviços ☒

O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?
NÃO ☒ SIM ☐

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Organismo ANIVEC/APIV — Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção	À atenção de Alexandre Monteiro Pinheiro
Endereço Avenida da Boavista, 3523, 7.º	Código postal 4100-139
Localidade/Cidade Porto	País Portugal
Telefone +351 226165470	Fax +351 226168716
Correio electrónico info@anivec.com	Endereço Internet (URL) www.anivec.com

I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Indicado em I.1 ☒ Se distinto, ver anexo A

I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO
Indicado em I.1 ☒ Se distinto, ver anexo A

I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO
Indicado em I.1 ☒ Se distinto, ver anexo A

I.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE

Governo central ☐ Instituição Europeia ☐
Autoridade regional/local ☐ Organismo de direito público ☐ Outro ☒

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONCURSO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.3) Tipo de contrato de serviços

Categoria de serviços

II.1.5) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante
Procedimento por negociação n.º 020607, com publicação prévia de anúncio, Curso «Mais-Valias para a Internacionalização».

II.1.6) Descrição/objecto do concurso

O objecto deste concurso consiste no seguinte: prestação de sessenta e quatro horas de formação teórica em sala e a realização de cento e oitenta e nove horas de formação personalizada em cada uma das seis empresas a seleccionar pela entidade adjudicante.

II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços
Portugal Continental.
Código NUTS

II.1.9) Divisão em lotes

NÃO ☒ SIM ☐

Indicar se se podem apresentar propostas para:
um lote ☐ vários lotes ☐ todos os lotes ☐

II.1.10) As variantes serão tomadas em consideração?

NÃO ☒ SIM ☐

II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO DE EXECUÇÃO

Ou: Início / / e/ou termo / /

SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos
Constam do programa de procedimento.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos
Constam do programa de procedimento.

III.2.1.3) Capacidade técnica — documentos comprovativos exigidos
Constam do programa de procedimento.

III.3) CONDIÇÕES RELATIVAS AOS CONTRATOS DE SERVIÇOS

III.3.1) A prestação do serviço está reservada a uma determinada profissão?
NÃO ☒ SIM ☐

Em caso afirmativo, referência às disposições legislativas, regulamentares ou administrativas relevantes

III.3.2) As entidades jurídicas devem declarar os nomes e qualificações profissionais do pessoal responsável pela execução do contrato?

NÃO ☒ SIM ☐

SECÇÃO IV: PROCESSOS

IV.1) TIPO DE PROCESSO

Processo por negociação com publicação prévia de anúncio ☒

IV.1.1) Já foram seleccionados candidatos?

NÃO ☒ SIM ☐

Em caso afirmativo, usar Informações adicionais (secção VI) para informações complementares

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta ☒

B2) Os critérios indicados no caderno de encargos ☒

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante
020607.

IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais
 dias a contar da publicação do anúncio no Diário da República.

Custo: 250 euros e se remetido por correio 275 euros. Moeda: euro.

Condições e forma de pagamento:

O pagamento, que já inclui o IVA à taxa legal em vigor, é efectuado em numerário ou através de cheque visado passado à ordem da ANIVEC/APIV.

IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação

dias a contar da sua publicação no Diário da República

Hora: 18 horas.

IV.3.4) Envio dos convites para apresentação de propostas aos candidatos seleccionados

Data prevista / /

IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação

ES DA DE EL EN FR IT NL PT FI SV Outra - país terceiro
☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☒ ☐ ☐

IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta

dias a contar da data fixada para a recepção das propostas

IV.3.7) Condições de abertura das propostas

IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas

Membros da comissão em sessão privada.

IV.3.7.2) Data, hora e local

No dia útil seguinte à data limite para a apresentação de propostas ☒

Hora: 15 horas. Local: indicado em I.1).

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS

VI.1) TRATA-SE DE UM ANÚNCIO NÃO OBRIGATÓRIO?

NÃO ☒ SIM ☐

VI.3) O PRESENTE CONTRATO ENQUADRA-SE NUM PROJECTO/PROGRAMA FINANCIADO PELOS FUNDOS COMUNITÁRIOS?

NÃO ☐ SIM ☒

Em caso afirmativo, indicar o projecto/programa, bem como qualquer referência útil
Projecto de Formação de Apoio à Estratégia para o Mercado Global — PRIME.

18 de Maio de 2007. — O Presidente, *Orlando Lopes da Cunha*.
2611016092

APA — ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE AVEIRO, S. A.

ANÚNCIO DE CONCURSO — SECTORES ESPECIAIS

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO

Designação oficial:

APA — Administração do Porto de Aveiro, S. A.

Endereço postal:

Edifício 9.

Código postal:

3830-565 Gafanha da Nazaré.

Localidade:
 Forte da Barra, Gafanha da Nazaré.
 País:
 Portugal.
 Pontos de contacto:
 À atenção de:
 Presidente do Conselho de Administração.
 Telefone:
 234393300.
 Fax:
 234393399.
 Correio electrónico:
 geral@portodeaveiro.pt
 Endereço internet:
 Endereço geral da entidade adjudicante:
 www.portodeaveiro.pt
 Mais informações podem ser obtidas no seguinte endereço:
 Ver «pontos de contacto».
 O caderno de encargos e documentos complementares (incluindo documentos relativos a um Sistema de Aquisição Dinâmico) podem ser obtidos no seguinte endereço:
 Ver «pontos de contacto».
 As propostas ou pedidos de participação devem ser enviados para o seguinte endereço:
 Ver «pontos de contacto».

1.2) PRINCIPAIS ACTIVIDADES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Actividades portuárias.

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONTRATO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante:

Concessão do direito de exploração comercial, em regime de serviço público, da movimentação de cargas no Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aveiro.

II.1.2) Tipo de contrato e local da realização das obras, da entrega dos fornecimentos ou da prestação de serviços:

b) Categoria de serviço n.º 20.

Principal local de execução:

Porto de Aveiro.

Código NUTS PT161.

II.1.3) O anúncio implica:

Um contrato público.

II.1.5) Breve descrição do contrato ou das aquisições:

Concessão do direito de exploração comercial em regime de serviço público da movimentação de cargas líquidas ou liquefeitas no Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aveiro, bem como o uso privativo da parcela do domínio público constituída por cais portuário e respectivos terraplenos, designada por Terminal Portuário Especializado.

II.1.6) Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos):

Objecto principal.

Vocabulário principal: 63312000.

II.1.7) O contrato está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?

Sim.

II.1.8) Divisão em lotes:

Não.

II.1.9) São aceites variantes:

Não.

II.2) QUANTIDADE OU EXTENSÃO DO CONTRATO

II.2.2) Opções:

Não.

SECÇÃO III: INFORMAÇÃO DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONTRATO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas:

Está prevista a prestação pela concessionária de uma caução para garantia do exacto e pontual cumprimento das obrigações contratuais, no valor de 500 000 euros, a prestar no prazo máximo de trinta dias úteis contados a partir da notificação da adjudicação.

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de operadores económicos adjudicatário:

Podem apresentar-se a concurso agrupamentos de empresas, não sendo exigida a constituição jurídica do agrupamento para apresentação dos pedidos de participação ou das propostas, mas as empresas agrupadas serão solidariamente responsáveis perante a APA, pela manutenção e pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes da apresentação do pedido de participação e da proposta, com as legais consequências. A concessionária será obrigatoriamente uma sociedade comercial, constituída e registada nos termos da lei portuguesa, com sede em Portugal durante todo o prazo da concessão, cujo objecto social principal consistirá no exercício das actividades compreendidas no âmbito da concessão.

III.1.4) Existem outras condições especiais a que está sujeita a execução do contrato:

Sim.

Descrição das condições especiais:

As exigidas no programa de concurso e no caderno de encargos.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

III.2.1) Situação pessoal dos operadores económicos, nomeadamente requisitos em matéria de inscrição nos registos profissionais ou comerciais:

Informações e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos: As exigidas nas alíneas e) a l) do ponto 11.1 e no ponto 16.2 do programa de concurso.

III.2.2) Capacidade económica e financeira:

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos:

As exigidas nas alíneas m) a o) do ponto 11.1 e no ponto 16.5 do programa de concurso ou, nas hipóteses previstas no ponto 16.12 do programa de concurso, no anexo F.

III.2.3) Capacidade técnica:

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos:

As exigidas nas alíneas p) a r) do ponto 11.1 e no ponto 16.4 do programa de concurso ou, nas hipóteses previstas no ponto 16.12 do programa de concurso, no anexo F.

III.2.4) Contratos reservados:

Não.

III.3) CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS

III.3.1) A execução dos serviços está reservada a uma profissão específica:

Não.

III.3.2) As pessoas colectivas devem indicar os nomes e habilitações profissionais do pessoal responsável pela execução do serviço:

Sim.

SECÇÃO IV: PROCESSO

IV.1) TIPO DE PROCESSO

IV.1.1) Tipo de processo:

Por negociação.

Já foram seleccionados candidatos:

Não.

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

IV.2.1) Critérios de adjudicação:

Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta:

Os critérios enunciados a seguir:

Critérios — ponderação:

Tarifário proposto — 0,40;

Valia técnica da proposta — 0,30;

Viabilidade económica e financeira da proposta — 0,20;

Contrapartida da concessão — 0,10.

IV.2.2) Proceder-se-á a leilão electrónico:

Não.

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante:

PAD 12/2007.

IV.3.2) Publicações anteriores referentes ao mesmo projecto:

Não.

IV.3.3) Condições para a obtenção do caderno de encargos e documentos complementares:

Prazo para a recepção de pedidos de documentos ou para aceder aos documentos:

Data: 29/06/2007.

Hora: 17:30.

Documentos a título oneroso:

Sim.

Indicar preço: 2500.

Divisa: euro.

Condições e modo de pagamento:

Valor acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a pagar em dinheiro ou cheque à ordem da APA, S. A.

IV.3.4) Prazos de recepção dos pedidos de participação

Data: 09/07/2007.

Hora: 17:30.

IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação

PT.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

VI.1) TRATA-SE DE UM CONTRATO DE CARÁCTER PERIÓDICO

Não.

VI.2) CONTRATO RELACIONADO COM UM PROJECTO E/OU PROGRAMA FINANCIADO POR FUNDOS COMUNITÁRIOS

Não.

VI.3) OUTRAS INFORMAÇÕES

Prevenindo o eventual interesse do futuro Concessionário na utilização de uma área dominial para instalação e exploração de um parque de armazenagem de produtos líquidos e liquefeitos, a APA reservará a parcela com cerca de 86 000 m², disponível em localização adjacente ao Terminal Portuário Especializado, até 30 dias após a assinatura do contrato de concessão, para eventual licenciamento ou concessão a estabelecer de acordo com o regime de ocupações do domínio público e tarifário em vigor nesta Administração Portuária para o Terminal de Granéis Líquidos.

O contrato de concessão será celebrado pelo prazo de 240 meses.

O presente anúncio foi enviado para o *JOUE* no dia 15 de Maio de 2007.

VI.4) PROCESSO DE RECURSO

VI.4.2) Interposição de recursos:

Informação precisa sobre os prazos para a interposição de recursos:

Os recursos hierárquicos deverão ser interpostos para o conselho de administração da APA, S. A., nos prazos previstos na lei, designadamente, no artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, subsidiariamente aplicável, com as

devidas adaptações, nos termos do disposto no artigo 2.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 324/94, de 30 de Dezembro.

VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO: 21/05/2007.

21 de Maio de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Luís de Azevedo Cacho*.

2611016043

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO FUNCHAL — CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DA MADEIRA

ANÚNCIO DE CONCURSO

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO

Designação oficial:
Associação Comercial e Industrial do Funchal — Câmara de Comércio e Indústria da Madeira.
Endereço postal:
Rua dos Aranhas, 24-26.
Localidade:
Funchal, Madeira.
Código postal:
9000-044.
País:
Portugal.
À atenção de:
Dr. Assis Correia.
Telefone:
291206800.
Fax:
291206868.
Correio electrónico:
geral@acif-ccim.pt
Endereços internet:
Endereço geral da entidade adjudicante:
www.acif-ccim.pt
Mais informações podem ser obtidas no seguinte endereço:
Ver «pontos de contacto».
Caderno de encargos e documentos complementares (incluindo documentos para diálogo concorrencial e para um Sistema de Aquisição Dinâmico) podem ser obtidos no seguinte endereço:
Ver «pontos de contacto».
As propostas ou pedidos de participação devem ser enviados para o seguinte endereço:
Ver «pontos de contacto».

I.2) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE E SUAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES

Outro: associação sem fins lucrativos de interesse público.
Outro: comércio, indústria e serviços.
A entidade adjudicante está a contratar por conta de outras entidades adjudicantes:
Não.

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONTRATO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante:
«EFIENER.»

II.1.2) Tipo de contrato e local da realização das obras, da entrega dos fornecimentos ou da prestação de serviços:

c) Serviços:
Categoria de serviços n.º 8.
Principal local de execução: Região Autónoma da Madeira.
Código NUTS: PT300.

II.1.3) O anúncio implica:

Um contrato público.

II.1.5) Breve descrição do contrato ou das aquisições:

Concepção, desenvolvimento, implementação, testes, avaliação e gestão do projecto «EFIENER», que visa, através de uma rede integrada de informações em tempo real e suportado por um *software* de telegestão, a eficiência energética nos pilotos envolvidos.

II.1.6) Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos):

Objecto principal:
Vocabulário principal: 32441300.

Objectos complementares:
Vocabulário principal: 30211300.

Vocabulário principal: 30259100.

Vocabulário principal: 74131000.

Vocabulário principal: 74141300.

Vocabulário principal: 74142100.

Vocabulário principal: 74231430.

Vocabulário principal: 80421000.

II.1.7) O contrato está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?

Não.

II.1.8) Divisão em lotes:

Não.

II.1.9) São aceites variantes:

Não.

II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO PARA A SUA EXECUÇÃO

Período em dias: 120 (a contar da data de adjudicação).

SECÇÃO III: INFORMAÇÃO DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONTRATO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas:

Caução no valor de 5% do valor total da adjudicação, com exclusão do IVA.

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam:

As condições de pagamento do encargo total da prestação dos serviços são fixadas de acordo com as regras estabelecidas no caderno de encargos e no programa de concurso público. Para efeitos de pagamento, as facturas deverão ser apresentadas com uma antecedência de 60 dias úteis em relação à data do respectivo vencimento.

III.1.3) Forma jurídica que deve assumir o agrupamento de operadores económicos adjudicatário:

Sociedades legalmente constituídas ou agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

III.1.4) Existem outras condições especiais a que está sujeita a execução do contrato:

Não.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Situação pessoal dos operadores económicos, nomeadamente requisitos em matéria de inscrição nos registos profissionais ou comerciais:

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos:

Documentos referidos no programa de concurso.

III.2.2) Capacidade económica e financeira:

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos:

Documentos referidos no programa de concurso.

Níveis mínimos de condições eventualmente exigidos:

Documentos referidos no programa de concurso.

III.2.3) Capacidade técnica:

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos:

Documentos referidos no programa de concurso.

Níveis mínimos de condições eventualmente exigidos:

Documentos referidos no programa de concurso.

III.2.4) Contratos reservados:

Não.

III.3) CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS

III.3.1) A execução dos serviços está reservada a uma profissão específica:

Não.

III.3.2) As pessoas colectivas devem indicar os nomes e habilitações profissionais do pessoal responsável pela execução do serviço:

Sim.

SECÇÃO IV: PROCESSO

IV.1) TIPO DE PROCESSO

IV.1.1) Tipo de processo:

Concurso público.

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

IV.2.1) Critérios de adjudicação:

Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta:

Os critérios enunciados a seguir:

Critérios — ponderação:

Mérito técnico do projecto e qualidade da abordagem — 32,5;

Características técnicas e funcionais — 27,5;

Auditorias energéticas — 20,0;

Preço e condições de pagamento — 15,0;

Prazo de entrega e de execução — 5,0.

IV.2.2) Proceder-se-á a leilão electrónico:

Não.

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante:

Concurso público n.º 01/2007.

IV.3.2) Publicações anteriores referentes ao mesmo projecto:

Não.

IV.3.3) Condições para obtenção do caderno de encargos e dos documentos complementares ou memória descritiva:

Prazo para a recepção de pedidos de documentos ou para aceder aos documentos:

Data: 06/07/2007.

Hora: 17.

Documentos a título oneroso:

Sim.

Indicar preço: 750,00.

Divisa: euro.

Condições e modo de pagamento:

Valor acrescido de IVA à taxa legal em vigor para a Região Autónoma da Madeira. Pagamento efectuado em dinheiro ou por cheque visado emitido a